

Área: Inovação | Tema: Empreendedorismo Inovador

PARA ALÉM DE UMA VISÃO UNIDIMENSIONAL, UMA TRÍADE EMPREENDEDORA

BEYOND A ONEDIMENSIONAL VISION, AN ENTREPRENEURIAL TRIAD

Jean Marcos Da Silva, Cleidimar Da Silva Barbosa e Rocheliel Paulino De Albuquerque

RESUMO

O campo de estudo do empreendedorismo tem uma literatura bastante diversificada. Os autores geralmente seguem uma concepção comportamental restringindo-se a estudar as características de indivíduos considerados bem-sucedidos na área de negócios. Contudo, não é exatamente assim que o tema é abordado na literatura mais especializada. Essas análises incipientes acabaram por tornar o entendimento sobre o assunto bastante confuso, de forma análoga a uma visão turva das coisas. O objetivo deste ensaio teórico é abordar os conceitos de empreendedorismo clássico, sustentável e institucional visando propor um framework teórico-conceitual. O esforço para construir essa reflexão justifica-se pela proposta do framework deste ensaio caracterizar-se por um quadro conceitual que diferencia três abordagens básicas sobre o empreendedorismo: clássico, institucional e sustentável. O método do estudo possui inspiração cartesiana no sentido de propor uma divisão das abordagens em partes menores para ser possível tratar as dificuldades e explorar as nuances de cada uma delas. Observou-se que o empreendedor sustentável, embora seja uma tipologia específica pode ser em diversos contextos um empreendedor institucional, pois lida constantemente com padrões de comportamentos consolidados devendo alterá-los, caso desejem implantar os modelos de negócios sustentáveis. Conclui-se que, mesmo havendo diferenciações entre os elementos da tríade proposta, a principal característica do empreendedor apontada em Schumpeter, qual seja: indivíduo que realiza novas combinações, também é um elemento fundamental do empreendedorismo institucional, e por consequência, da tipologia sustentável.

Palavras-Chave: Empreendedorismo. Empreendedor Institucional. Empreendedor Sustentável.

Framework teórico-conceitual.

ABSTRACT

The field of study of entrepreneurship has a very diverse literature. The authors generally follow a behavioral conception restricting themselves to studying the characteristics of individuals considered successful in the business area. However, this is not exactly how the topic is addressed in the more specialized literature. These incipient analyzes ended up making the understanding on the subject quite confusing, analogous to a blurred view of things. The objective of this theoretical essay is to approach the concepts of classic, sustainable and institutional entrepreneurship in order to propose a theoretical-conceptual framework. The effort to build this reflection is justified by the proposal of the framework of this essay to be characterized by a conceptual framework that differentiates three basic approaches on entrepreneurship: classic, institutional and sustainable. The study method has Cartesian inspiration in the sense of proposing a division of the approaches in smaller parts in order to be able to deal with the difficulties and explore the nuances of each one. It was observed that the sustainable entrepreneur, although it is a specific typology, can be an institutional entrepreneur in different contexts, as he constantly deals with consolidated behavior patterns and must change them if they want to implement sustainable business models. We conclude that, even though there are differentiations between the elements of the proposed triad, the main characteristic of the entrepreneur pointed out in Schumpeter, namely: individual who makes new combinations, is also a fundamental element of institutional entrepreneurship, and consequently, of the sustainable typology.

Keywords: Entrepreneurship. Institutional Entrepreneur. Sustainable Entrepreneur. Theoretical-conceptual framework.

PARA ALÉM DE UMA VISÃO UNIDIMENSIONAL, UMA TRÍADE EMPREENDEDORA

RESUMO

O campo de estudo do empreendedorismo tem uma literatura bastante diversificada. Os autores geralmente seguem uma concepção comportamental restringindo-se a estudar as características de indivíduos considerados bem-sucedidos na área de negócios. Contudo, não é exatamente assim que o tema é abordado na literatura mais especializada. Essas análises incipientes acabaram por tornar o entendimento sobre o assunto bastante confuso, de forma análoga a uma visão turva das coisas. O objetivo deste ensaio teórico é abordar os conceitos de empreendedorismo clássico, sustentável e institucional visando propor um framework teórico-conceitual. O esforço para construir essa reflexão justifica-se pela proposta do framework deste ensaio caracterizar-se por um quadro conceitual que diferencia três abordagens básicas sobre o empreendedorismo: clássico, institucional e sustentável. O método do estudo possui inspiração cartesiana no sentido de propor uma divisão das abordagens em partes menores para ser possível tratar as dificuldades e explorar as nuances de cada uma delas. Observou-se que o empreendedor sustentável, embora seja uma tipologia específica pode ser em diversos contextos um empreendedor institucional, pois lida constantemente com padrões de comportamentos consolidados devendo alterá-los, caso desejem implantar os modelos de negócios sustentáveis. Conclui-se que, mesmo havendo diferenciações entre os elementos da tríade proposta, a principal característica do empreendedor apontada em Schumpeter, qual seja: indivíduo que realiza novas combinações, também é um elemento fundamental do empreendedorismo institucional, e por consequência, da tipologia sustentável.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Empreendedor Institucional. Empreendedor Sustentável. Framework teórico-conceitual.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o tema ‘empreendedorismo’ despertou o interesse em governos, mundo dos negócios e universidades. No ensino, incluindo a educação básica, surgiu um conjunto de periódicos, artigos e livros abordando o assunto de diferentes ângulos. Isso gerou uma proliferação e crescimento do campo de estudo.

Os conceitos passaram a definir diferentes contextos como se tratassem de um mesmo ator. A maior confusão talvez esteja entre o empreendedor institucional e as demais abordagens de empreendedorismo. Essa visão turva do assunto se intensificou de modo a não haver sequer diferenciação nos livros didáticos mais conhecidos no Brasil. O conceito de empreendedorismo bastante utilizado data de 1934 com Schumpeter, definido como um processo inovador de destruição criativa.

Soma-se a essa definição apresentada em Schumpeter as abordagens comportamentais do empreendedorismo que caracterizam o empreendedor como um indivíduo que aproveita oportunidades. No presente ensaio pretende-se ultrapassar essa lógica em direção a ações que visem a criação de oportunidades. Este texto aborda, portanto, mais do que definições a respeito do que é ou não é empreendedorismo, embora alguns conceitos sejam apresentados.

Um exemplo é a diferença entre empresário e empreendedor. A forma como os proprietários de empresas exploram recursos difere da maneira como o empreendedor combina recursos para aproveitarem oportunidades. Por essa razão algumas definições são necessárias até mesmo para esclarecer sobre o lugar de fala e evitar que ocorra o uso de uma mesma palavra para conceitos diferentes.

Além da definição apresentada em Schumpeter, mais recentemente apareceu na literatura o empreendedorismo sustentável, isto é, modelos de negócios baseados no tripé econômico, social e ambiental. Estes modelos de negócios precisam romper com uma cultura consolidada de consumismo e supervalorização do capital. Do contrário, não podem ser implementados. Isso já faz os atores que intermedeiam o empreendedorismo sustentável, indivíduos capazes de romper com padrões estabelecidos na sociedade.

Especificamente, esta análise pode ser realizada no contexto do empreendedor institucional apresentado em Dimaggio e Powell, por exemplo. Ocorre que na literatura essas análises sobre empreendedorismo schumpeteriano, empreendedorismo sustentável e empreendedorismo institucional acontecem em trabalhos separados, ainda que haja relação entre os três conceitos.

Objetivando romper esse gap de pesquisas, esse ensaio teórico é uma tentativa de abordar os conceitos de empreendedorismo clássico, sustentável e institucional visando propor um framework teórico-conceitual.

A próxima seção é uma descrição do método de estudo utilizado nesse estudo. Em seguida aborda-se as definições de Cantillon, Say e Schumpeter. Na sequência constrói-se uma definição sobre o empreendedorismo institucional e sustentável. Na finalização deste ensaio teórico propõe-se um framework teórico-conceitual abordando o que se denominou chamar neste texto de tríade empreendedora.

2 MÉTODO DO ESTUDO

Utilizou-se o conceito apresentado em Descartes: ‘Conduzir por ordem os meus pensamentos, começando pelos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus’ (DESCARTES, 1973, p. 13). Com isso, a mensagem transmitida neste ensaio teórico foi dividida em 6 partes, incluindo este método de estudo.

Foi realizada uma pesquisa na literatura para encontrar as referências seminais sobre os temas relativos ao empreendedorismo clássico de Cantillon e Say, institucional e Dimaggio e Powell e sustentável, abordado em suas diversas terminologias como empreendedorismo verde e ambiental. Para investigar as referências seminais adotou-se o critério de quantidade de citação por meio da mensuração do Google Acadêmico e das frequentes repetições dos autores em referências bibliográficas de artigos publicados em periódicos, além de uma avaliação da densidade dos textos de escritos por esses autores.

A redação da introdução foi pensada a partir da reflexão e leitura dos textos seminais sobre o tema. Essa análise indicou o gap de estudos na área conforme apresentado na Introdução. As partes seguintes a esse método consistiu em abordar os temas de estudo, seguidas de uma discussão e considerações finais. Nesta última parte, procurou-se reforçar de modo sintético os conceitos apresentados no decorrer do trabalho.

Também na última parte procurou-se construir um framework teórico-conceitual para apresentar a tríade empreendedora construída nesse ensaio teórico. Trata-se de um quadro sintético com o propósito de auxiliar na compreensão do tema levando-se em consideração que o empreendedorismo pode ser vislumbrado como uma tríade, isto é, apresenta três nuances: uma abordagem clássica, outra institucional e uma terceira, sustentável. Propõe-se a tríade empreendedora na figura 1, utilizada na elaboração do framework teórico-conceitual.

Figura 1 – Tríade empreendedora



Fonte: elaboração do autor.

Enfim, este ensaio teórico é resultado de um trabalho de reflexão pessoal com o intuito de promover relações entre as teorias estudadas a começar pela análise das bases conceituais dos estudos em empreendedorismo, apresentada em Cantillon, Say e Schumpeter.

3 AS BASES DO CAMPO DE ESTUDO EM EMPREENDEDORISMO: DE CANTILLON E SAY A SCHUMPETER

A propriedade esteve entre os fundamentos do surgimento dos negócios. Independente da forma como se estruturam as sociedades, a propriedade das terras tende a pertencer a um pequeno número de indivíduos (CANTILLON, 2002). Ainda nas sociedades nômades, prossegue Cantillon (2002), onde as pessoas mudam de um lugar a outro com frequência, é preciso escolher um líder. Caso contrário, podem ocorrer disputas pelos bens, água e terras. A formação de uma sociedade não pode ocorrer sem que as terras pertençam a alguém.

Por outro lado, Cantillon (2002) defende que a propriedade nas mãos de poucos é inevitável. O autor exemplifica que no caso do falecimento de um dos portadores de terras, a consequência é a divisão desta entre os filhos, caso em que permanece restringida a uma parcela da população; ainda tem aqueles que preferem vender suas terras, ao invés de trabalhar e garantir agregação de valor. Quase sempre essa compra será realizada por alguém que já possui terras, concentrando mais a propriedade.

Além da propriedade o surgimento de concentrações de pessoas favorece o comércio, essencial para o desenvolvimento do empreendedorismo. Nas palavras de Cantillon (2002), nas proximidades das terras costumam surgir aldeias, necessárias para concentrar os vendedores de mercadorias de bens de consumo. Muitos proprietários optam por viverem nessas aldeias, mas outros decidem residir nas cidades. O comércio desenvolvido nas aldeias é atraente para evitar os custos com logística para o transporte dos bens das cidades até as terras. Todo este movimento intensifica o comércio praticado para atender ao consumo das cidades e dos habitantes das aldeias e terras. Não é, portanto, nenhum exagero afirmar que o comércio nas cidades tem relação com os donos de terras. Logo, esses proprietários, os empresários e os artesãos são igualmente responsáveis pelo comércio praticado nas cidades.

Os empresários são aqueles que compram as matérias-primas dos proprietários de terras para revendê-las com agregação de valor para os habitantes das cidades. São açougueiros, padeiros, manufactureiros, logistas, sapateiros, alfaiates, cabeleireiros etc. Os empresários:

Compram os produtos do campo dos que os trouxeram ou os encomendam por sua própria conta. Pagam por eles um preço certo, o do local da compra, para revendê-los, no atacado ou no varejo, por um preço incerto (CANTILLON, 2002, p. 44).

Em outras palavras, Cantillon (2002) está argumentando que os empresários lidam com o improvável interesse de compra dos consumidores, possibilidade de falta da matéria-prima devido às incertezas naturais (enchente, safra pouco produtiva), baixa produtividade dos bens, preferência dos consumidores pelos produtos dos concorrentes. É em meio a tais riscos que os empresários mantêm seus empreendimentos. É esta incerteza que caracteriza os empresários, o que, conforme Cantillon (2002), implica em dizer que até mesmo os ladrões e mendigos são empresários em função dessa incerteza.

Além da incerteza, a propriedade de algo caracteriza a leitura de Cantillon sobre a economia. Say também refere-se ao direito de propriedade como um dos fundamentos da economia. Contudo, uma das principais contribuições de Say foi destacar que a produção da riqueza é realizada por diferentes atores, cada um com sua parcela de contribuição. Os bens apresentam um preço considerando o valor que este produto possui. Say (2008) apresenta a divisão do trabalho afirmando que as funções que cada um desempenha são suficientes para ocupar todo o tempo de um homem. O autor cita que o estudo da natureza, por exemplo, é compartilhado por diferentes profissionais, como o químico, o astrônomo e o botânico.

Essa divisão de um todo em partes tem herança em Descartes com a sua percepção de dividir um problema em quantas partes forem necessárias para encontrar uma solução. Say (2008)

aplica o conceito do método cartesiano para ilustrar que a produção de riquezas também demanda profissionais com diferentes conhecimentos. Por exemplo, na indústria de manufatura há o indivíduo que produz lã, outro fabrica o algodão e um terceiro as máquinas.

Say (2008) faz referência a Adam Smith em seu livro denominado ‘Um Tratado de Economia Política’ e corrobora a ideia de que a divisão do trabalho trouxe mais eficiência à produção dos bens. Ao mesmo tempo que, se um alfaiate tentasse fabricar seus sapados, além de seu casaco, certamente a qualidade ficaria comprometida.

Do mesmo modo, para Say (2008) esse mesmo alfaiate não deve intrometer-se em atividades de comerciantes. Seu papel é fabricar o produto, a comercialização como interação direta com o consumidor deve ficar a cargo do comerciante, sem intervenções. Essa mudança de atuação do alfaiate apenas faria este profissional perder tempo de trabalho, caracterizando menor produção de riqueza. Essas passagens da obra de Say (2008) nos leva a compreender que o comerciante é apresentado como o indivíduo que intermedeia a relação entre o fabricante e o consumidor. O papel desse indivíduo não se restringe apenas a uma simples intermediação, mas de agregação de valor para a maximização da riqueza (SAY, 2008). É aquele capaz de levar produtos de um setor (produção) que, nas palavras de Say não apresentam um valor agregado expressivo, para o âmbito do consumo com elevados valores agregados em função do transporte, armazenamento e serviços agregados.

Para Say a função do empresário é organizar os fatores produtivos. Uma das grandes contribuições de Say para o empreendedorismo é a sua exposição sobre a produção de riqueza e como essa divisão do trabalho implementou a capacidade de geração de riqueza, tornando os processos mais produtivos e profissionais.

Schumpeter, por outro lado, escreve sua teoria um século depois de Say e Cantillon, com a noção de divisão do trabalho estabelecida e a revolução industrial ter transformado as relações de trabalho. Schumpeter aborda o funcionamento do organismo econômico, citando a interdependência entre os diferentes atores do sistema econômico, apresentados em Say.

Para Schumpeter (1997), por exemplo, a quantidade de carne que o açougueiro deve comercializar é dependente do quanto em termos de volume e preço seu cliente, que pode ser o alfaiate, por exemplo, está disposto a comprar. Por outro lado, isso depende dos resultados econômicos dos negócios do alfaiate, que dependem do poder de compra de seus clientes (o sapateiro, que também depende das necessidades e do poder de compra das pessoas). Trata-se de uma relação de dependência entre os atores, formando um todo orgânico.

O crescimento desse comércio não é apontado por Schumpeter (1997) como uma função do aumento da riqueza, como apontou Cantillon. O autor retrata outro tipo de desenvolvimento caracterizado por uma mudança natural da sociedade que leva o crescimento da economia consigo. É uma dinamicidade que propicia um movimento capaz de estimular diferentes e novos ritmos de desejos dos consumidores. A partir dessa mudança o aparato produtivo sente-se pressionado a inovar.

Essa produção é citada por Schumpeter (1997) como a combinação de material e trabalho. Assim, a mudança econômica é conceituada como a realização de novas combinações, seja pela introdução de novos bens ou novo método de produção ou, ainda, pela abertura de um novo mercado diferente, quer esse mercado já exista, quer não.

A realização de combinações novas significa, portanto, simplesmente o emprego diferente da oferta de meios produtivos existentes no sistema econômico” (SCHUMPETER, 1997, p. 78). [...] Chamamos ‘empreendimento’ à realização de combinações novas; chamamos empresários aos indivíduos cuja função é realiza-las” (SCHUMPETER, 1997, p. 83).

Schumpeter (1997) salienta que o termo ‘empresário’ utilizado em sua teoria não caracteriza apenas homens de negócios independentes, mas inclui aqueles indivíduos que trabalham como funcionários em companhias já estabelecidas, desde que estes realizem algum tipo de combinações novas. A presente definição exclui aqueles homens que apenas executam negócios já estabelecidos. O autor não corrobora a visão de que empresário é aquele que corre riscos, mas reforça a ideia de iniciativa e previsão como elementos importantes do conceito. Schumpeter refere-se ao atual conceito de empreendedor de Dornelas e Dolabela.

O empreendedor tem um caráter dinâmico, na medida em que somente pode ser considerado como tal quando está introduzindo alguma novidade. A partir do estabelecimento da mudança empreendedora, o empresário perde esse título. Essa natureza dinâmica impede que o empresário tenha uma titulação profissional como ocorre com os trabalhadores que chegam a instituir sindicatos.

O conceito de empreendedor apresentado em Schumpeter (1997) apresenta como uma de suas marcas, a introdução de novos modelos organizacionais. Essa noção vai se desenvolver com mais força na segunda metade do século XX com os chamados autores da teoria institucional, onde se inclui Meyer e Rowan, Dimaggio e Powell e North. A próxima seção parte dos conceitos de campos organizacionais para introduzir a definição de empreendedorismo institucional.

4 EMPREENDEDORISMO INSTITUCIONAL

As estruturas organizacionais vem sendo apresentadas desde Meyer e Rowan (1977) como reflexo, não apenas das demandas técnicas, mas também como resposta às forças institucionais, inclusive mitos, conhecimento legitimado pelo sistema educacional e pelas profissões, leis e opinião pública. Ocorre que quando tais padrões são assumidos como garantidos por um conjunto de organizações, tem-se a institucionalização, em menor ou maior grau. O empreendedorismo institucional surge para questionar esses padrões e difundir novidades.

Nesse processo de mudança Dimaggio (1982) aponta que há uma etapa denominada ‘desinstitucionalização’, com a ascensão de atores que irão promover a teorização, estágio que demanda um esforço por parte dos atores que lideram uma mudança no sentido de apontar falhas nas instituições existentes e justificar possíveis soluções. Em seguida, com a difusão busca-se a legitimidade cognitiva no campo organizacional.

A (des)institucionalização ocorre em campos organizacionais, definidos por Dimaggio e Powell (2005) como um conjunto de organizações que constituem variados atores com bastante semelhança entre si, são homogêneas em diversos fatores. Esta homogeneização consiste em um aumento de interação entre organizações de um campo, surgimento de padrões e dominação interorganizacionais, aumento de informações dentro de um campo obrigando as organizações a conviverem com elas e, por fim, a conscientização dos atores de um campo de que estão envolvidos em um negócio comum.

As organizações que compõem o campo dos produtos extrativos no Brasil, tais como o pinhão, a castanha-da-amazônia ou açaí não apresentam esta consciência de que fazem parte de um negócio comum. Isso dificulta a interações entre os atores e a definição de padrões levando produtores extrativistas a terem processos de trabalho bastante diferenciados dentro de uma mesma região na lida com o produto específico. Todos esses fatores tornam o campo de produtos extrativos pouco homogêneo e institucionalizado.

Os escritórios de contabilidade brasileiros, por outro lado, formam um campo altamente estruturado e homogêneo. As associações profissionais do norte do país seguem padrões e lidam com um conjunto de informação bastante semelhante as do sul. Essas empresas precisam entregar

relatórios financeiros produzidos dentro de normas e padrões definidos nacionalmente, com datas e prazos idênticos definidos pelo governo federal. O processo de mudança em um campo como os de escritórios de contabilidade é demorado e exige esforços inexistentes no campo de organizações que lidam com o mercado dos produtos extrativos.

Dimaggio e Powell (2005) descrevem as motivações que levam as organizações a serem similares, identificando três tipos de forças, que os autores denominam de: **coercitivo**, ocorre quando outras organizações (incluindo o Estado) e a comunidade pressionam a empresa de um campo a promoverem ações. Os autores citam a adoção de novas tecnologias para reduzir a poluição, entre outras práticas, em resposta a essas pressões; **mimético**, resultado de respostas à incerteza e consiste em ‘imitação’ de outras empresas consideradas eficientes, legítimas ou bem-sucedidas dentro do campo. Pode ocorrer por meio da pressão dos clientes para que as empresas adotem a mesma postura das concorrentes; e **normativo**, derivado principalmente da profissionalização, o que leva a técnicas de trabalho, formas de tomada de decisão a se tornarem padronizadas. As universidades e categorias profissionais, bem como a construção de redes profissionais tendem a desempenhar um papel importante no processo normativo.

Contudo, por mais que os processos coercitivos, miméticos e normativos forcem as empresas de um campo a serem semelhantes, as práticas dos campos organizacionais podem ser alteradas. Uma das maneiras pelas quais isso pode ocorrer é por meio das ações dos empreendedores institucionais.

Greenwood *et al.* (2002) adotam como empreendedores institucionais-EI, “[...] os agentes de mudança, que quebram o *status quo* institucional em um campo de atividade, transformando instituições existentes ou criando novas.” Exercem papel de liderança no processo de construção social. Importante destacar dois requisitos para que EI se qualifiquem como tal: 1) devem iniciar mudanças divergentes, que rompem com o modelo institucionalizado de organização dentro de um campo; 2) devem participar ativamente dessas mudanças. Assim, EIs podem ser tanto indivíduos quanto outras organizações. De acordo com Hwang e Powell (2005) o foco é a natureza da atividade e não a identidade do participante.

O empreendedor institucional rompe normas e hábitos enraizados em uma cultura, causando incômodo em função de atacar mitos consolidados. Hwang e Powell (2005) apontam que os EIs introduzem novos modelos organizacionais e políticas que alteram a atividade organizacional. Esta ideia vai além de reconhecer oportunidades, pois são atores que definem e criam oportunidades.

O paradoxo da agência imerso (*embedded agency*) questiona sobre como é possível os atores mudarem instituições em que se encontram imersos, se estas instituições, por sua vez condicionam suas ações, definem seus interesses e produzem suas identidades (BATTILANA *et al.*, 2009). Nesse sentido, Battilana *et al.* (2009) apontam que crises e solavancos podem provocar agitação social e isso perturba o consenso socialmente construído no campo, além disso as mudanças propostas não necessariamente precisam ser implementadas para que tais atores sejam considerados empreendedores institucionais.

Battilana *et al.* (2009) ainda diferenciam o empreendedor institucional do empreendedor. Para os autores somente são considerados institucionais aqueles que criam novos modelos de negócios, que rompem com os modelos de negócios vigentes. Logo, enquanto que os empreendedores criam novos negócios dentre de uma lógica já existem, os institucionais precisam avançar e superar essa lógica para que sejam conceituados como tal.

Hwang e Powell (2005) sugerem que os profissionais que trabalham com a formulação de leis podem atuar como importantes empreendedores institucionais por ajudarem a reconfigurar as instituições existentes. Tais profissionais foram fundamentais no processo de inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho no Brasil. Mais recentemente deputados eleitos para ocupar as cadeiras do congresso brasileiro com um viés religioso passaram a propor legislações

que impedem a denominada ideologia de gênero em escolas. São exemplos que caracterizam atores agindo para mudar instituições.

Outra área onde os empreendedores atuam são os padrões de comportamento em uma sociedade. Hwang e Powell (2005) afirma que há dois tipos de padrões: voluntários e obrigatórios. Essas normas são construídas coletivamente. Desde jogar uma partida de futebol, estruturar um programa de pós-graduação até definir como a contabilidade de uma empresa deve funcionar, os padrões estão presentes.

Para dar legitimidade a esses padrões, grupos de especialistas e profissionais com habilidades sociais e políticas passam a teorizar para institucionalizar certas práticas. Battilana *et al.* (2009) afirmam que teorizar é explicar porque determinado conceito ou prática deve ser substituído por outro, atuando como uma justificativa para a mudança, demonstrando fracassos dos atuais padrões, e a necessidade da inovação e valores propostos pelos empreendedor institucional. É fundamental o alinhamento de discurso com os interesses de outros atores do campo, visando a conquista de forças para a teorização.

Neste campo de mudanças de padrões está o empreendedor sustentável, desafiados constantemente em seu cotidiano a lidarem com a incerteza dos negócios que propõem, sobretudo em relação ao retorno financeiro do investimento. Sem citar que esses empreendedores precisam mudar instituições, isto é, o que Dimaggio (1988) chama de sistemas de regras e normas formadas socialmente capazes de afetar os comportamentos dos indivíduos e que, quase sempre, as pessoas não aceitam abrir mão. Esse contexto torna os empreendedores sustentáveis atores de mudança institucional. Há impedimentos sociais e culturais para esses empreendedores atuarem com seus modelos de negócios.

A próxima seção aborda o conceito de empreendedorismo sustentável.

5 EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL

Apesar das particularidades do empreendedorismo sustentável, a definição é baseada em aspectos comportamentais ou processuais. No âmbito do comportamento, Greco e Jong (2017) definem os traços de personalidade e sociais do indivíduo. Em relação ao aspecto processual, os autores apontaram a inovação e alocação de recursos para a criação e valor.

Os estudos de Greco e Jong (2017) reconhecem dois ramos do empreendedorismo sustentável: o social e o ambiental. A dimensão social tende a focar a missão inclusiva do negócio, ao invés do lucro; e a ambiental visa abordar os problemas ambientais sem descuidar do lucro. Empreendedorismo sustentável refere-se à descoberta, criação e exploração de oportunidades empresariais que contribuem para a sustentabilidade, gerando benefícios sociais e ganhos ambientais numa acepção de longevidade e geração de impacto (GRECO E JONG, 2017).

Dyllick e Hockerts (2002) apontam que empreendimentos tendenciosos ao lucro, mas levianos em relação à dimensão social e econômica podem ter sucesso a curto prazo; contudo, a longo prazo a tendência é um desequilíbrio. A lógica é que, se os recursos do planeta são finitos, logo a utilização desse capital natural não pode continuar indefinidamente. Basicamente, esse capital natural é composto pelo clima, água, solo, plantas e solo. Negócios considerados sustentáveis não degradam esse capital natural a uma taxa que esteja além da capacidade de absorção das emissões de poluentes pelo ecossistema. É a redução progressiva dos impactos ao meio ambiente.

Por fim, Schlange (2007) concluiu, de acordo com suas pesquisas empíricas, que a característica central dos empreendedores sustentáveis é que há uma ênfase nos aspectos ambientais

em suas visões de negócios como um contraponto à visão tradicional de geração de lucro. Bocken *et al.* (2014) pesquisaram a literatura e desenvolveram uma revisão integrativa dos conceitos e práticas voltadas para modelos de negócios sustentáveis. Todas as soluções apresentadas passam pela ideia de minimização do consumo. Para isso é preciso uma proposta de valor que enfatize a entrega de experiência e funcionalidade aos clientes, em vez de propriedade.

Nesta lógica há uma ênfase para a funcionalidade do produto, e não na propriedade. O fetichismo da mercadoria, caracterizado pelo desejo de ter um produto pelo que ele representa em termos de beleza, de poder, de consumo e não em termos de utilidade, pode ser uma barreira para modelos de negócios sustentáveis. A implantação desses modelos de negócios precisa conviver com esta problemática. A questão é holística no sentido de demandar um trabalho de mudança de comportamento dos consumidores. O problema não somos nós, enquanto empresa, mas sim os outros, os clientes/consumidores.

Por essa razão, para o desenvolvimento de negócios sustentáveis é crucial o envolvimento dos consumidores. Trabalhar a conscientização das pessoas, dos consumidores para abandonar este fetichismo mostrando aos 'outros' que o planeta possui recursos finitos pode ser uma solução. Alinhada a essa conscientização deve haver formas de penalização dos hereges dos recursos naturais.

O papel dos empreendedores institucionais nessa mudança é fundamental para tornar tais modelos de negócios sustentáveis viáveis.

6 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

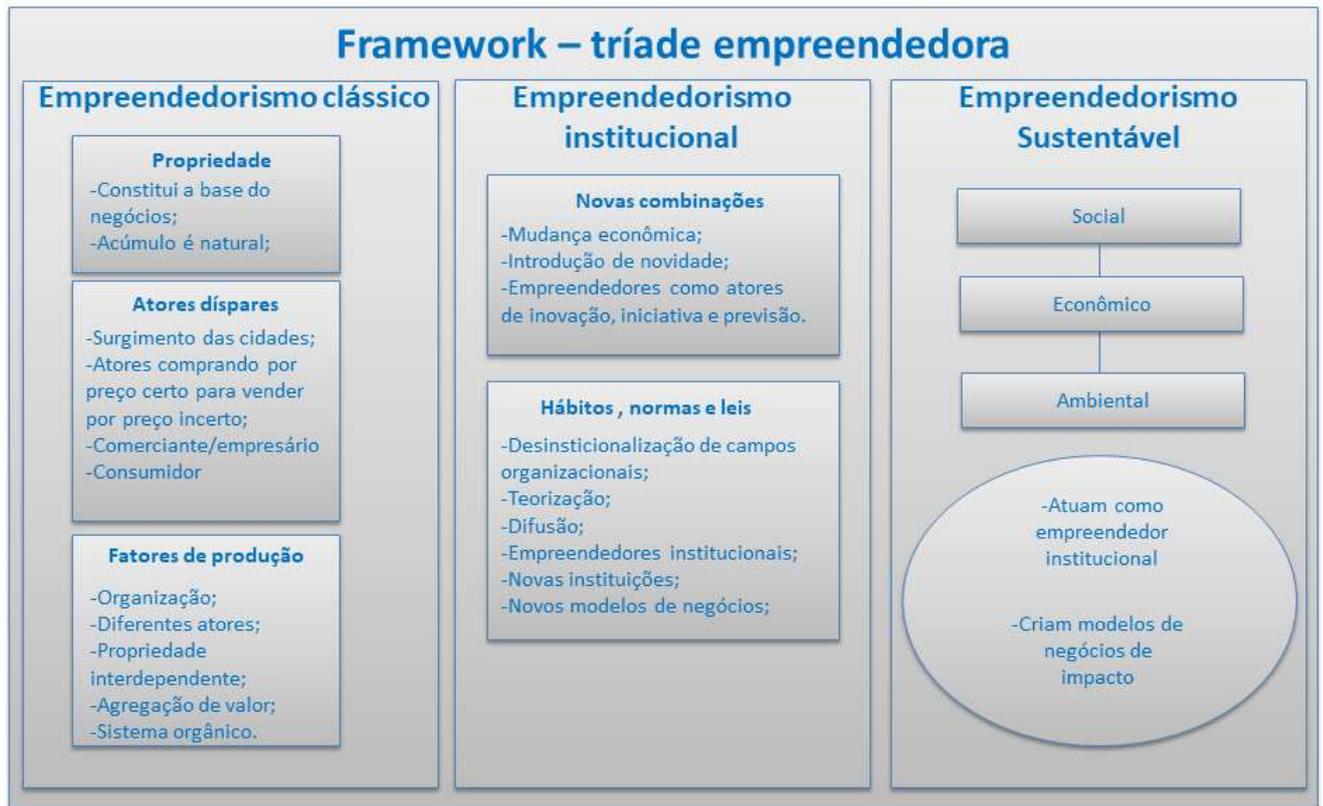
As bases teóricas para o estudo em empreendedorismo são Cantillon, Say e Schumpeter. Indiscutivelmente esses autores tiveram a sua contribuição para o campo do empreendedorismo. Na segunda metade do século XX Dimaggio e Powell influenciados por North e inspirando um conjunto de outros autores, incrementam a discussão com a definição do empreendedor institucional. Também nessa mesma época começam a surgir os primeiros termos para caracterizar um empreendedorismo que vislumbre a redução dos impactos ambientais. Surgem os termos empreendedorismo verde, ambiental e sustentável.

A própria definição de Schumpeter sobre o empreendedor como um agente de mudanças, que promove novas combinações dos fatores de produção, possui relação com o empreendedorismo institucional. Afinal, esses atores são aqueles que transformam instituições ou criam novas, atacam normas consolidadas e, por isso, incomodam as normas vigentes.

O empreendedor sustentável caracteriza uma das possibilidades de empreendedorismo institucional ao ser o indivíduo que precisa romper com o padrão capitalista vigente. Os modelos de negócios sustentáveis são implementados com conflitos fortes entre as normas e hábitos. Essa dificuldade está tão evidente que muitos modelos de negócios já implementados ainda permanecem muito próximos aos padrões de comportamento atuais, isto é, o mecanismo de preços. Um exemplo são os créditos de carbono. A figura 2 ilustra a tríade empreendedora composta pelo empreendedorismo clássico, institucional e sustentável.

A leitura da figura deve ser realizada partindo de uma visão multidimensional. Embora os conceitos se relacionem, não existe sobreposição de definições.

Figura 2 – Tríade empreendedora



Fonte: elaboração própria

No empreendedorismo clássico a propriedade aparece como fundamental do desenvolvimento do empreendimento. Neste modelo, o acúmulo de propriedade é considerado natural em função da interação entre os atores do sistema econômico. Baseando-se em Cantillon, conclui-se que o risco caracteriza o empreendedor clássico, pois trata-se de um indivíduo que adquire bens por um preço certo para revende-lo por um preço incerto devido ao improvável interesse dos consumidores e da atuação da concorrência. É neste empreendedorismo que Say reconhece o papel de diversos atores e que cada um possui sua função no sistema econômico.

Nesta relação entre atores díspares, percebe-se que Say destaca a presença do 'comerciante' como aquele que intermedeia a relação entre o fabricante e o consumidor. E por lidar com os custos de transporte e agregação de valor desempenham um papel crucial no sistema econômico. O empreendedor clássico ainda lida com a interdependência da propriedade, o que significa que o resultado dos mais variados produtores de uma economia apresenta uma interdependência entre si.

No empreendedor institucional a mudança como resultante da realização de novas combinações caracteriza esta modalidade de empreendedorismo. Esse conceito de Schumpeter ecoa entre os autores institucionais tais como DiMaggio e Powell ao assumir que o empreendedor promove a introdução de novos bens ou novos métodos de produção ou novos modelos de negócios. Quem promove tais mudanças são os empreendedores institucionais – EIs, que ainda que também sejam resultado das mesmas normas e hábitos que desejam mudar, são capazes de introduzir novidades.

O caminho adotado pelos EIs são desinstitucionalização, momento da desconstrução e de demonstrar os erros e fracassos das instituições vigentes; a teorização, por meio da qual procuram explicar e justificar as mudanças; e a difusão/legitimação da novidade criada. Mesmo que essas mudanças não cheguem a difusão, o fracasso não exclui a definição desses atores como EIs, pois o que os caracteriza é a criação de oportunidades que rompem com as instituições vigentes.

Os EIs causam, em muitos momentos, incômodo por questionarem e confrontarem as instituições vigentes. Essa característica torna esses atores fundamentais para tornar o empreendedorismo sustentável. Isso porque esses empreendedores precisam introduzir modelos de negócios de difícil aceitação nas normas vigentes.

Por fim, o campo de empreendedorismo ainda precisa resolver essa visão turva em que tudo é empreender. Esse ensaio teórico foi uma tentativa de abordar os conceitos de empreendedorismo clássico, sustentável e institucional visando propor um framework teórico-conceitual. A figura 1 é uma sugestão de framework teórico-conceitual que combina essas três abordagens empreendedoras.

Como estudos futuros, sugere-se a inclusão de demais abordagens de empreendedorismo, como o intraempreendedorismo abordado por Dolabela e o empreendedorismo social, embora esse último esteja timidamente incluso no terceiro elemento da tríade apresentada na figura 1.

REFERÊNCIAS

- BATTILANA, J. LECA, Bernard; BOXENBAUM, Eva. 2 how actors change institutions: towards a theory of institutional entrepreneurship. **Academy of Management annals**, v. 3, n. 1, p. 65-107, 2009.
- BOCKEN, N. M. P.; SHORT, S.; RANA, P.; EVANS, S. A literature and practice review to develop sustainable business model archetypes. **Journal of cleaner production**, v. 65, 2014.
- CANTILLON, R. **Ensaio sobre a natureza do comércio em geral**. Tradução: Fani Figueira. Curitiba: Segesta Editora, 2002.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. Coleção Os pensadores, vol. XV. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- DiMAGGIO, P. J., POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v.45, n.2, p.74-89, 2005.
- DYLLICK, T.; HOCKERTS, K.; Beyond the business case for corporate sustainability. **Business Strategic Environment**, v. 11, 2002.
- GRECO, A. JONG. G. Sustainable entrepreneurship: definitions, themes, and research gaps. **Centre for Sustainable Entrepreneurship**. University of Groningen/Campus Fryslân, 2017.
- GREENWOOD, R.; SUDDABY, R.; HININGS, C. R. Theorizing change: the role of professional associations in the transformation of institutionalized fields. **Academy of Management Journal**, v. 45, n. 1, p. 58-80, 2002.
- HWANG, H., & POWELL, W.W. Institutions and entrepreneurship. In S.A. Alvarez, R. Agarwal, & O. Sorenson (Eds.), **Handbook of entrepreneurship research** (pp.179–210). Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2005.
- SAY, J. B. **A treatise on political economy** (6th ed.). New York: Sentry Press, 2008.
- SCHLANGE, L. What drives sustainable entrepreneurs? **Indian Journal of Economics and Business**, 2007.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Tradução: Maria Silvio Possas. Editora Nova Cultura Ltda: São Paulo. 1997.